

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA DISCUSSÃO ACERCA DOS APARATOS LEGAIS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Aimê Satler Cuadrado (Graduanda), email: aimesatler8@gmail.com
Marília Gonçalves Dal Bello (Orientadora), e-mail: madalbello@hotmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - Campus Paranavaí

Resumo:

O texto tem por objetivo refletir sobre a proteção social à população em situação de rua. Para tanto estabelece como metodologia estudo documental a partir dos principais aparatos legais voltados a esse grupo social. Entre as principais legislações estão a política nacional para pessoas em situação de rua, instituída pelo Decreto 7.053 de 2009 e também o projeto de lei nº5740/16, garantido acesso das pessoas em situação de rua às políticas públicas. Entre os principais resultados estão que um dos maiores retrocessos é a regulação tardia em sancionar o projeto de lei nº5740/16, fazendo com que suas diretrizes tenham uma força maior, e alcance de forma universal a população em situação de rua.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua, acesso às políticas públicas.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a proteção social às pessoas em situação de rua, destacando o decreto nº7053 de 2009 e o projeto de lei nº5740/2016. Para esse intuito, estabeleceu-se como metodologia estudo documental dos principais aparatos legais voltados a esse grupo social.

O interesse pela temática pessoas em situação de rua, partiu de uma palestra direcionada aos campos de estágio, na Unespar campus de Paranavaí, em que foi citado o serviço de abordagem social, oferecido pelo CREAS em Paranavaí. Essa palestra levou a um maior interesse em aprofundar esse tema, cujas primeiras leituras propiciaram a elaboração do trabalho aqui apresentado. Um maior aprofundamento dos estudos será elaborado e apresentado mediante a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), a ser concluído no final de 2022.

Segundo o conselho de direitos humanos da organização das nações unidas, situação de rua é uma crise global de direitos humanos, visto que requer respostas globais urgentes, já que é uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade. Usar o termo “situação de rua”, não descreve somente a falta de moradia, mas sim a identificação de um

determinado grupo social, com o estreito vínculo entre negação de direitos e uma identidade social.

O grupo social, denominado como pessoas em situação, é formado por pessoas, cujo fator comum são: a extrema pobreza, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a falta de moradia regular. Alguns dos motivos que levam as pessoas a estarem em situação de rua, são: problemas com álcool e drogas, desavenças com a família e o desemprego.

Segundo uma pesquisa feita pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA) em uma primeira edição publicada em 2016 mostrou que havia cerca de 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil, já em uma segunda edição publicada em março de 2020 mostra que o número da população em situação de rua teve um aumento de 140%. Entre 2012 e março de 2020 subindo para 222 mil pessoas.

Para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas, foi desenvolvida a Política nacional para pessoas em situação de rua (PNPSR), instituída pelo decreto N°7.053 de dezembro de 2009.

Materiais e métodos

Adotou-se metodologia qualitativa, estudo documental a partir do conteúdo dos aparatos legais para pessoas em situação de rua.

“O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2014, p.57).

Resultados e Discussão

A comissão de desenvolvimento urbano da Câmara dos deputados aprovou o projeto de lei 5740/16 que institui políticas nacionais para a população em situação de rua, visto que nenhum atendimento de saúde ou assistência social poderá ser negado por falta de comprovante de residência.

O projeto de lei 57 40/16 institui que a população em situação de rua será assegurada por lei ou por outros meios o usufruto e a permanência na cidade, todas as formas de prevenção de sua saúde física e mental, além de vedar a discriminação da população em situação de rua em qualquer atendimento público ou privado.

Garantindo também a população e situação de rua a posse e a propriedade sobre os bens e pertences pessoais necessários à sua sobrevivência como por exemplo cobertores, alimentos, medicamentos e documentos, o poder público não poderá fazer o recolhimento forçado desses bens e pertences.

O decreto 7.053 de 2009, foi instituído para garantir o acesso da população em situação de rua às políticas públicas, por meio da gestão intersetorial de serviços e ações governamentais, por meios das seguintes diretrizes:

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Fazendo um recorte histórico para o ano de 2009, em que se deu a criação do decreto de número 7.053, que institui a política nacional para a população em situação de rua, neste período houve o aumento de alguns segmentos sociais tais como o desemprego, o aumento da exploração dos

trabalhadores, a precarização do trabalho, a fome, a violência, a concentração de renda e de propriedade, falências, o endividamento e entre outros.

Segundo Inojosa(1998, p.40), Prates e Machado (2011) e Araújo (2012), por meio da política nacional para pessoas em situação de rua, o governo brasileiro avançou, propondo uma intervenção descentralizada e articulada entre a União e os demais órgãos federativos. Contudo, no cenário de construção da política nacional para pessoas em situação de rua, houve diversos desafios, como o acesso aos beneficiários e usuários das redes de serviços de cada política, a consecução de estratégias para partilhar metas de enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e regionais, com o enfrentamento da pobreza.

Analisando o contexto atual do Brasil, com base na revista Katálysis, o presidente Jair Messias Bolsonaro, traz um projeto político de Estado totalitário naturalizando o uso da força e da violência e instigando uma problematização no campo dos direitos sociais. Temos dentro de um de um contexto econômico, político, cultural e social o avanço e o endurecimento do ultra neoliberalismo com expressões ultra conservadoras e protofascistas.

Tivemos a Emenda Constitucional nº 95 que congela o orçamento em particular da Seguridade Social prejudicando os que se encontram em condições agravadas de vulnerabilidade social. Durante o governo Bolsonaro tivemos a naturalização e a legitimação da violência, insegurança econômica, desmonte de direitos, ataque às experiências democráticas e o extermínio da população que vive na periferia. Isso mostra que houve um retrocesso em relação às garantias de proteção, dando ênfase a população em situação de rua, com o congelamento do orçamento destinado à seguridade social, diminuindo assim os abrigos, a alimentação e a proteção desse grupo social, retrocesso este que se agravou com a pandemia do coronavírus.

Em nenhuma proposta vinda do governo Bolsonaro existe algo que se volte à proteção da vida da população que vive em condições de fome e miséria, nada que promova e preserve a vida.

Considerações finais

Retomando ao nosso problema inicial trazido pelo texto podemos dizer que o projeto de lei 5.740 de 2016 não foi sancionado está aguardando parecer do relatório da comissão de seguridade Social e família, portanto temos assim apenas o decreto 7.053 de 2009 instituído como a política nacional para pessoas em situação de rua em vigor, visto que um decreto tem como função especificar pontos que a lei tratou de forma genérica. Ele também pode ser de autoria do Presidente da República, e pode ser contestado por parlamentares por meio de um projeto do legislativo que tem como objetivo derrubar parcial ou integralmente o decreto.

Referências

INOJOSA, R. M. Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 35-48, 1998.

Oliveira, Alison; Guizardi, Francini Lube. **A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua**: avanços e desafios da intersetorialidade nas políticas de saúde e assistência social. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Brasília, DF, Brasil.

Reportagem - Ralph Machado Edição - Márcia Becker Fonte: Agência Câmara de Notícias. disponível no link: [Comissão aprova projeto que prevê direitos e define política nacional para população em situação de rua - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/noticias/101000-comissao-aprova-projeto-que-prevê-direitos-e-define-politica-nacional-para-populacao-em-situacao-de-rua)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.